

Thiago Cota defende flexibilização para setor de eventos durante audiência pública



Por Marília Mesquita

O deputado Estadual Thiago Cota, defendeu, nesta segunda-feira (07), alternativas para a retomada das atividades artística, cultural e de eventos, durante audiência pública sobre os impactos da pandemia da covid-19 sobre os setores. A reunião foi presidida pelo parlamentar e promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

“Precisamos de equilíbrio. Não estamos falando em promover aglomeração e grandes espetáculos, mas, precisamos pensar formas seguras para uma retomada, dentro dos protocolos da Organização Mundial da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde”, frisou o presidente ao cobrar flexibilidade e revisão do Programa Minas Consciente.

Estiveram presentes no debate o secretário adjunto de Estado de Cultura e Turismo, Bernardo Brandão, o diretor da Associação Brasileira de Produtores de Eventos (Abrape), Leonardo Ziller e os deputados membros do colegiado, vice-presidente Dalmo Ribeiro e Bernardo Mucida. De forma remota, estavam o subsecretário da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Douglas Oliveira Cabido, empresários, profissionais e representantes das áreas.

Desemprego e prejuízo

Apesar de ser um grande gerador de empregos no estado, o segmento está há 16 meses sem funcionar e acumula prejuízos de R\$ 312 bilhões, segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG). O setor defende eventos mais restritos e a públicos direcionados.

“Por que o shopping pode funcionar, mas uma feira no Expominas, não? Existe claro preconceito contra nosso setor. Sabemos que inúmeros eventos, sem protocolos, estão

acontecendo clandestinamente, é isso que não pode acontecer”, afirmou Leonardo Ziller ao defender a classe.

Governo de Minas diz não a flexibilização

O subsecretário Douglas Cabido alegou que a contaminação por coronavírus está avançando e o Governo do Estado busca salvar vidas por meio do Minas Consciente. “Não podemos nos precipitar para não nos arrependermos depois”, disse ao justificar a continuação das restrições.

Segundo ele, a única possibilidade de uma abertura maior será com a aceleração da vacinação no Estado no segundo semestre. O secretário-adjunto, Bernardo Brandão disse que o governo tem trabalhado pelo setor, mas que oferecer ajuda de custo é impossível no momento, devido à situação fiscal do Estado.

Para buscar amparo aos profissionais e empresários dos setores, a Comissão de Desenvolvimento Econômico pede providências, através de requerimentos, para anistia fiscal e isenção temporárias de taxas, como a de segurança pública, incêndio e vistorias; disponibilização de crédito no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e investimento no segmento.